



De: Presidência

Enviado por: LUZIA BARBOSA NETTO (luzianetto)

Para: Diretoria Legislativa (Organograma)

Data: 14 de fevereiro de 2025 às 22:10

Segue Projeto de Lei da mesa Diretora para apreciação e os devidos trâmites legais.



De: Presidência

Enviado por: LUZIA BARBOSA NETTO (luzianetto)

Para: LUZIA BARBOSA NETTO (Interno)

Data: 14 de fevereiro de 2025 às 22:47

Em tempo

Segue Projeto de Lei da mesa diretora para seguimento e os trâmites legais.

Arquivo(s) não unificado(s)

Projeto de Lei xx-2025 (1).docx



De: LUZIA BARBOSA NETTO
Para: Diretoria Legislativa (Organograma)
Data: 14 de fevereiro de 2025 às 22:51

Segue prós trâmites legais



De: LUZIA BARBOSA NETTO
Para: Diretoria Legislativa (Organograma)
Data: 14 de fevereiro de 2025 às 23:01

Segue documento em anexo.

Anexo(s)

Projeto de Lei 31-2025.pdf



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ

PROJETO DE LEI 31/2025

Autoria: Mesa Diretora

Nomeia como Rua Luiz Alberto Saft e Rua Ipê as diferentes partes do logradouro público localizado no Município de Xangri-Lá e altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 2.720, de 05 de Dezembro de 2024.

Art. 1º Altera o *caput* e o inciso I do art. 1º da Lei nº 2.720, de 05 de Dezembro de 2024 que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - A então denominada Rua Luiz Alberto Saft, localizada no bairro de Atlântida, fica oficialmente denominada:

I - Rua Luiz Alberto Saft no trecho que inicia na Rua Rio dos Índios até a Rua do Parque.

Art. 2º - Acrescenta o inciso II no art. 1º da Lei nº 2.720, de 05 de Dezembro de 2024 com a seguinte redação:

II - Rua Ipê no trecho que inicia na Rua do Parque e se estende até a Avenida Central.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xangri-Lá/RS, dia 14 de fevereiro de 2025.

(assinado digitalmente)
LUZIA BARBOSA NETTO

(assinado digitalmente)
CÁSSIO VOIGT

(assinado digitalmente)
CRISTOVÃO W. RIBEIRO

(assinado digitalmente)
ALEXANDRE RIVAEAL C. ALVES



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ

JUSTIFICATIVA:

Apesar de haver na Lei Orgânica deste Município previsão expressa atribuindo ao membros do Poder Legislativo Municipal a competência para propor projetos de lei sobre a denominação de logradouros e outros bens públicos é importante que o Parlamentar realize um ponderado juízo acerca das repercussões da aprovação de norma que altera logradouros.

A renomeação de um logradouro traz uma série de implicações práticas que, por vezes, pode até mesmo contrariar o legítimo interesse público.

Para o Município há custos, ainda que pouco expressivos.

Para os residentes, a alteração traz desconforto e dificuldades burocráticas para a atualização de seu cadastro em instituições financeiras, órgãos públicos e outras entidades, o extravio de correspondências, o custo para atualização de documentos públicos e problemas no relacionamento com concessionárias de serviço público.

Para os transeuntes, de modo geral, e até mesmo para prestadores de serviço (inclusive serviços públicos) a alteração causa dificuldade na localização de endereços que, na maioria das vezes, não são alterados junto às plataformas de georreferenciamento. Em cenários em que se faz necessário o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) a alteração pode representar até mesmo risco de morte.

Consigne-se que tramita nesta casa o processo administrativo 137/2025, cujo objeto é o abaixo assinado de 34 residentes da antiga Rua Ipê, denominada Rua Luiz Alberto Saft pela Lei nº 2.720, de 05 de Dezembro de 2024, manifestando seu desconforto e requerendo a revogação da norma alteradora.

Por outro lado, a homenagem dispensada à figuras de destaque no Município prestigia a história e a cultura local. Luiz Alberto Saft foi um empresário de grande destaque em nosso Município que residiu por mais de trinta anos na até então Rua Ipê e a honraria se destina a prestigiar seus préstimos à comunidade.

Por reconhecer o desconforto dos residentes da via bem como a importância da homenagem, este Projeto de Lei visa “renomear” o logradouro com seu antigo nome “Rua Ipê” na maior parte de sua extensão, mantendo a homenagem prestada ao Empresário no trecho no qual ele viveu por mais de três décadas.

Xangri-Lá/RS, dia 14 de fevereiro de 2025.

(assinado digitalmente)
LUZIA BARBOSA NETTO

(assinado digitalmente)
CÁSSIO VOIGT

(assinado digitalmente)
CRISTOVÃO W. RIBEIRO

(assinado digitalmente)
ALEXANDRE RIVAEAL C. ALVES



CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ - RS

RUA RIO DOURADINHO, 1385 - CNPJ: 94.436.367/0001-04

XANGRI-LÁ - RS- CEP: 95.588-000

FONE: (51) 3689-1081



CÓDIGO DE ACESSO

72B5579ABF2D4024A4776062A97D9E57

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://xangrilacv.flowdocs.com.br/public/assinaturas/72B5579ABF2D4024A4776062A97D9E57>



De: Diretoria Legislativa

Enviado por: JULIO CESAR LAMEJA (juliocesar)

Para: LUZIA BARBOSA NETTO (Interno)

Data: 14 de fevereiro de 2025 às 23:04

Recebido e incluído no expediente da sessão ordinária do dia 17/02/2025.

Solicito assinatura dos membros da Mesa Diretora para, então, publicação no SAPL

Júlio Cesar Lavieja,

Diretor Legislativo em CMVX.

Portaria 32/2025

Fone-whats 51999 990 999 | E-mail: legislativoxangrila@gmail.com





De: JULIO CESAR LAVIEJA

Para: Diretoria Legislativa (Organograma), Assessoria Jurídica da Câmara (Organograma)

Data: 19 de fevereiro de 2025 às 13:41

Ao Assessor Jurídico da Câmara para exame.

Júlio Cesar Lavieja,

Diretor Legislativo em CMVX.

Portaria 32/2025

Fone-whats 51999 990 999 | E-mail: legislativoxangrila@gmail.com





De: Assessoria Jurídica da Câmara
Enviado por: Rogério Colissi Alves (rogerio.alves)
Para: Diretoria Legislativa (Organograma)
Data: 19 de fevereiro de 2025 às 15:15

Sr. Diretor Legislativo

Encaminhado Parecer Jurídico ao Projeto de Lei 01/2025.

E solicito ao Diretor Legislativo que proceda a inclusão, junto a este, do arquivo do abaixo assinado apresentado pelo moradores da antiga rua Ipê, atual Luís Alberto Saft.

Atenciosamente

Rogério Colissi Alves

OAB/RS 96.405

Assessor Jurídico

Anexo(s)

Parecer - PL031.2025.pdf



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ

ASSESSORIA JURÍDICA

Parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 031/2025

AUTORIA: Mesa Diretora

Ementa: “Nomeia como Rua Luiz Alberto Saft e Rua Ipê as diferentes partes do logradouro público localizado no Município de Xangri-Lá e altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 2.720, de 05 de Dezembro de 2024”.

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de parecer jurídico acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 031/2025, de autoria da Mesa Diretora, que visa nomear como Rua Luiz Alberto Saft e Rua Ipê as diferentes partes do logradouro público localizado no Município de Xangri-Lá e altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 2.720, de 05 de Dezembro de 2024.

Tal iniciativa vem de encontro ao abaixo assinado apresentado a esta casa, aonde trouxe a irrisignação de alguns dos moradores da Rua Luiz Alberto Saft, quanto a mudança de denominação efetuada através da lei nº 2.720/2024.

Portanto, estudada a matéria, passo a análise da legalidade.

II – DO DIREITO

A Constituição Federal promulgada em 1988 contemplou a existência de entes federativos em três diferentes níveis – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – dotando-os de autonomia e atribuindo a cada um, campos de atuação estatais determinadas. Essa discriminação ou repartição de competências, no entanto, pode ser apresentada de duas naturezas: legislativa ou material.

Constituem competências legislativas privativas da União as matérias arroladas no artigo 22 da Constituição Federal. A competência concorrente aquela concedida à União, aos Estados e ao Distrito Federal relativamente às matérias enumeradas nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do artigo 24 do mesmo diploma legal.

Por seu turno, foram igualmente discriminadas pelo Constituinte Originário a competência suplementar conferida aos Municípios para agir, administrar e atuar em situações concretas, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, e ainda para legislar sobre assuntos de interesse local consoante disposto no art. 30, incisos I e II da Carta Magna, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

A referida norma está dentro dos limites de competência dos Vereadores Municipais, que podem legislar sobre assuntos de interesse local (inc. I, art. 30, CF), desde que a matéria não seja privativa do Poder Executivo.

Em nosso entendimento, interesse local é todo e qualquer assunto com origem na realidade local do Município, considerado primordial, essencial e que de forma efetiva atinge direta ou indiretamente a vida do município e de seus munícipes.

Indo de encontro a esta previsão, a Lei Orgânica Municipal tem a seguinte previsão nos incisos I, III e XIV do art. 40, inciso III do art. 45, e no art. 50:

Art. 40. Compete à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito:

I – legislar sobre todas as matérias atribuídas ao Município pelas Constituições Federal e Estadual e por esta Lei Orgânica;

III – elaborar as leis;

XIV – Legislar sobre a denominação de logradouros e outros bens públicos.

Art. 45. O processo legislativo compreende a elaboração de:

III – leis ordinárias;

Art. 50. A iniciativa das Leis Municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer vereador, ao Prefeito ou ao eleitorado que exercerá em forma de moção articulada, subscrita no mínimo por cinco por cento (5%) do eleitorado do Município.

Também, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores tem a seguinte previsão no §1º do art. 2º:

Art. 2º. A Câmara tem funções legislativas e exerce atribuições de fiscalização externa financeira e orçamentaria, de controle e assessoramento dos Atos do Executivo e prática atos de administração interna.

§1º. A função legislativa consiste em deliberar por meio de Emendas à Lei Orgânica, Leis, Decretos-Legislativos e Resoluções sobre todas as matérias de competência do Município.

III – DA ANALISE DA LEGALIDADE

Como o Projeto de Lei é de autoria da Mesa Diretora não há o pecado do vício de origem.

Quanto a forma o Projeto de Lei encontram-se perfeito, claro e objetivo, com justificativa clara e objetiva quanto a finalidade e objetivos a serem alcançados com a aprovação de tal norma.

O respectivo projeto não gera despesas ao Poder Executivo, pois atribui ações administrativas com a inclusão da nova denominação da Rua no mapa de zoneamento do Município, além da colocação de placas com a nova denominação.

IV – DA CONCLUSÃO

O presente parecer é opinativo quanto a legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei de autoria da Mesa Diretora, tendo caráter técnico-opinativo, o que não impede a tramitação e até mesmo a consequente aprovação pelo plenário desta casa, para posterior encaminhamento ao Poder Executivo.

Nesse sentido, assim é o entendimento do STF, in verbis:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 – Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

Desta forma, **ANTE O EXPOSTO**, esta Assessoria Jurídica opina pela legalidade e constitucionalidade do presente Projeto de Lei de autoria da Mesa Diretora, emitindo **PARECER FAVORÁVEL** para o mesmo seguir os trâmites previstos na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara de Vereadores, para ser submetido a apreciação das Comissões Parlamentares desta Casa, e na sequência ter o exame de mérito apreciado no Plenário desta Egrégia Casa, conforme a livre convicção dos Nobres Edis.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Xangri-Lá, 19 de fevereiro de 2025.

Rogério Colissi Alves
Assessor Jurídico
OAB/RS nº 96.405



CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ - RS

RUA RIO DOURADINHO, 1385 - CNPJ: 94.436.367/0001-04

XANGRI-LÁ - RS- CEP: 95.588-000

FONE: (51) 3689-1081



CÓDIGO DE ACESSO

4FF8FBE2E09A4E47B238FE41E5C5805B

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://xangrilacv.flowdocs.com.br/public/assinaturas/4FF8FBE2E09A4E47B238FE41E5C5805B>



De: Diretoria Legislativa

Enviado por: JULIO CESAR LAMEJA (juliocesar)

Para: Diretoria Legislativa (Organograma), Assessoria Jurídica da Câmara (Organograma), Comissão de Constituição e Justiça (Organograma)

Data: 19 de fevereiro de 2025 às 15:56

Transladados os abaixo assinados do processo 137/2025, remeto à CCJ para exame.

Júlio Cesar Lavieja,

Diretor Legislativo em CMVX.

Portaria 32/2025

Fone-whats 51999 990 999 | E-mail: legislativoxangrila@gmail.com



Anexo(s)

Abaixo Assinado 18-01-24.pdf

Abaixo Assinado 24-01-24.pdf

ABAIXO-ASSINADO

À Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Xangri-Lá

Sra. Luzia Barbosa Netto

Os abaixo-assinados, proprietários e moradores do logradouro denominado "RUA IPE" vêm, respeitosamente, solicitar a revogação da Lei Ordinária n.2720 de 05/12/2024, que alterou o nome do mencionado logradouro e a manutenção do seu nome original. A alteração imposta traz desconforto e dificuldades burocráticas para os moradores e comerciantes locais, que preferem preservar a identidade cultural e histórica vinculada ao nome original. Ressalte-se que o trecho redesignado abarca dezenas de domicílios atingidos pelos transtornos.

Acreditamos que a manutenção do nome "RUA IPE" representa o respeito ao planejamento original do balneário, que remete à flora e à fauna nativa, à tradição e à memória coletiva dos habitantes deste município.

A par disso, mantendo o espírito da honraria e em respeito ao legislado, à pessoa do homenageado e sua biografia, sr. Luiz Alberto Saft, sugerimos que no mesmo ato legislativo seja determinado o seu nome para designar uma das tantas belas praças do nosso Município.

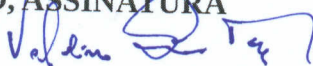
Contamos com a compreensão e o apoio dos digníssimos Vereadores para atender a este justo pedido.

Xangri-Lá, 18 de janeiro de 2024

Atenciosamente,

NOME COMPLETO, ENDEREÇO, ASSINATURA

1 Valdiner Silveira Fagundes



Rua Ipê 366.

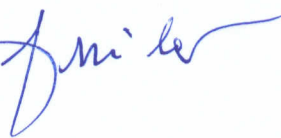
2 MORGANA DA SILVA MENGUE



RUA IPÊ Nº326

3 PAULO ALANIO D'AVILA

IPÊ Nº 327



4 ANTÔNIO CÉSAR REGO

R. IPE 189

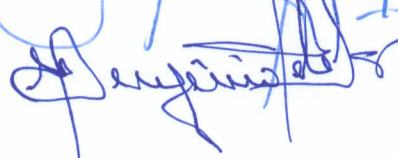
5 Andreia Deves IPÊ 205

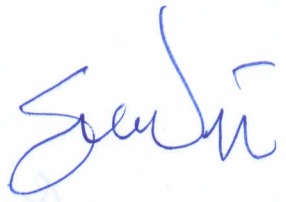


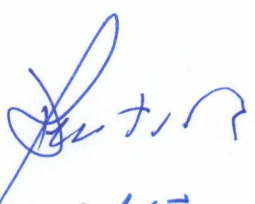

6 Rua IPÊ 346 - Fátima Garcia

7 RUA IPE, 378



8 RUA IPE, 153



- 9 LORZIO GONZAGA A. DOS SANTOS 
RUA IPE 402
- 10 Felipe Albuquerque Mello  Ipe, 390
- 11 IPE 365 
- 12 Rua IPE, 559. DAMON PORTANTORA 
- 13 Juan Manuel Bolzan - IPE 215
- 14 PAULO RENATO MARTINS, RUA IPE, 135 - 
- 15 LORANI TERESINHA PECCOLO, RUA IPE 127

16

17

18

19

20

21

22

23

24

ABAIXO-ASSINADO

À Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Xangri-Lá

Sra. Luzia Barbosa Netto

Os abaixo-assinados, proprietários e moradores do logradouro denominado "RUA IPE" vêm, respeitosamente, solicitar a revogação da Lei Ordinaria n.2720 de 05/12/2024, que alterou o nome do mencionado logradouro e a manutenção do seu nome original. A alteração imposta traz desconforto e dificuldades burocráticas para os moradores e comerciantes locais, que preferem preservar a identidade cultural e histórica vinculada ao nome original. Ressalte-se que o trecho redesignado abarca dezenas de domicílios atingidos pelos transtornos.

Acreditamos que a manutenção do nome "RUA IPE" representa o respeito ao planejamento original do balneário, que remete à flora e à fauna nativa, à tradição e à memória coletiva dos habitantes deste município.

A par disso, mantendo o espírito da honraria e em respeito ao legislado, à pessoa do homenageado e sua biografia, sr. Luiz Alberto Saft, sugerimos que no mesmo ato legislativo seja determinado o seu nome para designar uma das tantas belas praças do nosso Município.

Contamos com a compreensão e o apoio dos digníssimos Vereadores para atender a este justo pedido.

Xangri-Lá, 21 de janeiro de 2025

Atenciosamente,

NOME COMPLETO, ENDEREÇO, ASSINATURA;

16 Flávia Androvandi Kern, rua Ipê n. 545 -

Flávia Androv. Kern

17 Linomar Zanon Fraveiro, IPÊ, 524 -

Linomar Zanon Fraveiro

18 Andréia Alilda Oliveira da Silva - Rua Ipê, 524

Andréia Alilda Oliveira da Silva

19 Chrystie M. M. - IPÊ, 160

20 Janene Steimmetz IPÊ 337

21 ROBERTO SARTORI, IPÊ 665

22 Diego G. Tarasconi - Rua Ipê nº 500

23 IURANA L. MEDEIROS - RUA IPÊ, 314 -

24 Michelly Condine Gonçalves - Rua Ipe - 849

25 Mirela da Rosa Bonelli, Rua Ipe 850
Mirela da Rosa Bonelli

26 ~~MILENE~~ MARIA MICHEL, RUA IPE 850

27 + Chudhury
(~~MARIA~~ DEZFINA MOREY), RUA IPE 838

28 Jaelson dos Santos.
Rua - primavera 892 - fundo Ipe

29 RUA IPE' 868 NELIO NOVELLO

30 RUA IPE 863 SIRIS TABARRÓS

31 RUA IPE 828 DOUGLAS CARNALHO

32 VILMAR ATANE BUTIERE
IPE 1612

33 Adriana Zietlow - Rua Ipe 1604

34 MARIA JOSE! SUNG GONZALEZ - RUA IPE, 379

35

36

37

38

39

Assunto: Fwd: Rua Ipê -Requerimento de manutenção da nomenclatura

De: Valdiner Silveira Fagundes <valdiner.fagundes@gmail.com>

Data: 27/01/2025, 15:01

Para: gabinete@xangrila.rs.gov.br, atendimento@xangrila.rs.leg.br, Denise Fagundes <deniseffagundes@gmail.com>

Xangri-lá, 26 de janeiro de 2025

Exmo. Sr. Prefeito Celso Bassani,

Ref: Nomenclatura da Rua Ipê

Os proprietários e moradores dos imóveis situados na Rua Ipê, através do signatário, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer providências imediatas quanto à Lei Ordinária n. 2720 de 05.12.2024, que instituiu a mudança do nome da Rua Ipê para Rua Luiz Alberto Saft em 05.12.2024.

Informamos que, em 20.01.2024 foi protocolizado junto à Câmara de Vereadores de Xangri-lá um ABAIXO-ASSINADO solicitando a manutenção do nome Rua Ipê e a revogação da referida Lei.

Os signatários ,originalmente em numero de quinze e atualmente em trinta e cinco, representando a maioria dos contribuintes, pretendem veementemente que o nome original seja mantido por razões históricas, culturais e de identidade comunitária, a par dos transtornos de toda a ordem que lhes tocará para atualizar a alteração junto aos órgãos oficiais , privados e relacionamentos.

Solicitamos, portanto, que seja considerada a revogação da Lei mencionada e a suspensão de seus efeitos até que a matéria seja novamente deliberada pelo Legislativo.

Certos da elevada atenção de Vossa Excelência, aguardamos resposta e providências urgentes, dadas as consequências praticas que se impõem.

Em anexo, cópia do Abaixo-assinado, que ainda está em fase de coleta das assinaturas, na medida em que os munícipes vão se inteirando da inusitada mudança.

Atenciosamente,

Eng. Agrônomo Valdiner Silveira Fagundes – CREA: 221243760-9

valdiner.fagundes@gmail.com

Celular: 051 98645 5590.

Alameda Afonso Celso 137, Porto Alegre, RS - CEP: 91.340-290

Rua Ipê 366, Atlântida, Xangri-Lá

— Abaixo assinado 1.jpg —

ABAIXO-ASSINADO

À Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Xangri-Lá

Sra. Luzia Barbosa Netto

Os abaixo-assinados, proprietários e moradores do logradouro denominado "RUA IPE" vêm, respeitosamente, solicitar a revogação da Lei Ordinária n.2720 de 05/12/2024, que alterou o nome do mencionado logradouro e a manutenção do seu nome original. A alteração imposta traz desconforto e dificuldades burocráticas para os moradores e comerciantes locais, que preferem preservar a identidade cultural e histórica vinculada ao nome original. Ressalte-se que o trecho redesignado abarca dezenas de domicílios atingidos pelos transtornos.

Acreditamos que a manutenção do nome "RUA IPE" representa o respeito ao planejamento original do balneário, que remete à flora e à fauna nativa, à tradição e à memória coletiva dos habitantes deste município.

A par disso, mantendo o espírito da honraria e em respeito ao legislado, à pessoa do homenageado e sua biografia, sr. Luiz Alberto Saft, sugerimos que no mesmo ato legislativo seja determinado o seu nome para designar uma das tantas belas praças do nosso Município.

Contamos com a compreensão e o apoio dos digníssimos Vereadores para atender a este justo pedido.

Xangri-Lá, 18 de janeiro de 2024

Atenciosamente,

NOME COMPLETO, ENDEREÇO, ASSINATURA

1 Valdiner Silveira Fagundes

Rua Ipê 366.

2 MORGANA DA SILVA MENGUE

RUA IPÊ Nº326

3 PAULO ALAMIO D'AVILA

IPÊ Nº 327

4 ANTÔNIO CÉSAR REGO

R. IPÊ 189

5 Andressa Deves IPÊ 205

6 Rua IPÊ 346 - Roberto Garcia

7 RUA IPE, 378

8 RUA IPE, 153

Recebido
em 20.01.2025
Luzia Netto

ABAIXO-ASSINADO

À Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Xangri-Lá

Sra. Luzia Barbosa Netto

Os abaixo-assinados, proprietários e moradores do logradouro denominado "RUA IPE" vêm, respeitosamente, solicitar a revogação da Lei Ordinária n.2720 de 05/12/2024, que alterou o nome do mencionado logradouro e a manutenção do seu nome original. A alteração imposta traz desconforto e dificuldades burocráticas para os moradores e comerciantes locais, que preferem preservar a identidade cultural e histórica vinculada ao nome original. Ressalte-se que o trecho redesignado abarca dezenas de domicílios atingidos pelos transtornos.

Acreditamos que a manutenção do nome "RUA IPE" representa o respeito ao planejamento original do balneário, que remete à flora e à fauna nativa, à tradição e à memória coletiva dos habitantes deste município.

A par disso, mantendo o espírito da honraria e em respeito ao legislado, à pessoa do homenageado e sua biografia, sr. Luiz Alberto Saft, sugerimos que no mesmo ato legislativo seja determinado o seu nome para designar uma das tantas belas praças do nosso Município.

Contamos com a compreensão e o apoio dos digníssimos Vereadores para atender a este justo pedido.

Xangri-Lá, 21 de janeiro de 2025

Atenciosamente,

NOME COMPLETO, ENDEREÇO, ASSINATURA:

16 Flávia Androvandi Kern, rva Ipê n. 545 -

Flávia Androvandi Kern

17 Linomar Zambon Flaviano, IPÊ, 524 -

18 Andréia Abilda Oliveira da Silva - Rua Ipê, 524

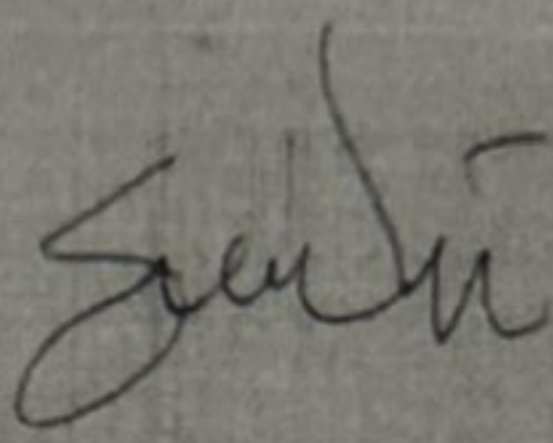
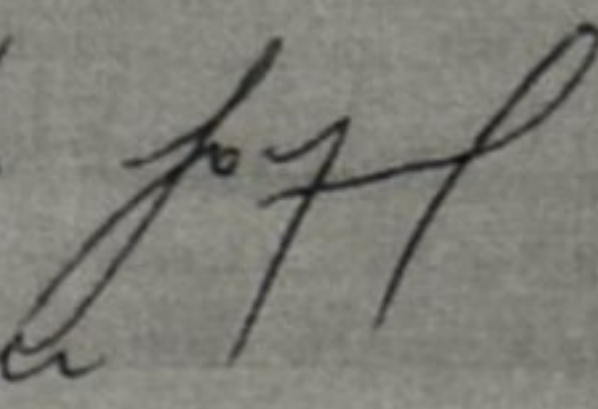
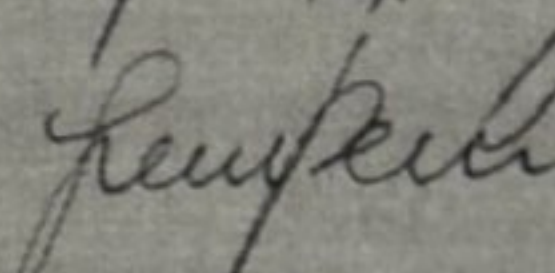
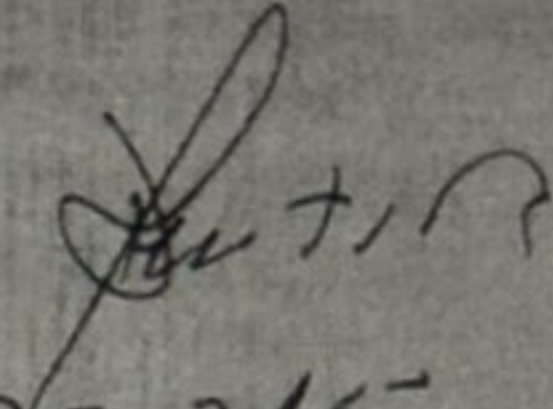
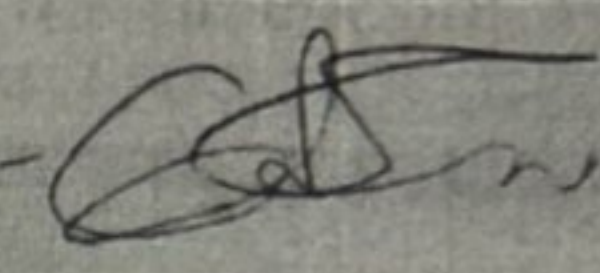
19 Chrystle M. K. - IPÊ, 560

20 Hannu Stumck Stummelt IPÊ 337

21 ROBERTO SARTORI, IPÊ 665

22 Diego G. Taroncel - Rua Ipê nº 500

23 IURANA L. NEVES - Rua IPÊ, 314 -

- 9 LUDRIGO GONZAGA A. DOS SANTOS 
RUA IPÊ 402
- 10 Felipe Albuquerque Mello  Ipê, 370
- 11 IPÊ 365 
- 12 Rua IPÊ, 559. Damon PORTANTHA 
- 13 Luan Maurício Belzan - IPÊ 215
- 14 PAULO RENATO MARIUS, RUA IPÊ, 135 - 
- 15 Luan Teresinha Piccolo, Rua Ipê 127
- 16 Ipê 1648, Diego Oliveira
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23

—Abaixo assinado 4.jpg—

Abaixo assinado 1.jpg

2.0MB

Abaixo assinado 3.jpg

2.0MB

Abaixo assinado 2.jpg

2.0MB

Abaixo assinado 4.jpg

2.0MB

24 Michelly Condine Gonçalves - Rua Ipê -849
Gonçalves

25 Mirela da Rosa Bonetti, Rua Ipe 850
Mirela da Rosa Bonetti

26 ~~EMILENE~~ MARIA MICHEL), RUA IPE 850

27 +Chudhury
(~~MARIA~~ DEFINA MOREY), RUA IPE 838

28 Jacson dos Santos
Rua: primavera 892 - Sudoeste Ipe

29 RUA IPE' 868 NELIO NOVELLO

30 RUA IPE' 863 SIRIS GABARRÃO

31 RUA IPE 828 DOUGLAS CARVALHO

32 Vilmar Tatane butierez
IPE 1612

33 Adriana Zietlow - Rua Ipe' 1604

34 MARIA JOSE' SONG GONZALEZ - RUA IPE', 379

35

36

37

38

39

Anexos:

Abaixo assinado 1.jpg	2,0MB
Abaixo assinado 3.jpg	2,0MB
Abaixo assinado 2.jpg	2,0MB
Abaixo assinado 4.jpg	2,0MB



De: Diretoria Legislativa

Enviado por: JULIO CESAR LAMEJA (juliocesar)

Para: Diretoria Legislativa (Organograma), Assessoria Jurídica da Câmara (Organograma), Comissão de Constituição e Justiça (Organograma)

Data: 25 de fevereiro de 2025 às 22:12

Anexo o parecer da CCJ, elaborado no dia 17/02/2025 e a redação final da matéria aprovada pelo Plenário, à unanimidade, na sessão ordinária do dia 24/02/2025 para assinatura dos membros.

Júlio Cesar Lavieja,

Diretor Legislativo em CMVX.

Portaria 32/2025

Fone-whats 51999 990 999 | E-mail: legislativoxangrila@gmail.com



Anexo(s)

Redação Final ao PL 31.2025.docx.pdf

CCJ PL31-2025 (1).pdf



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANGRI-LÁ

Redação Final ao Projeto de Lei nº 31/2025

Nomeia como Rua Luiz Alberto Saft e Rua Ipê as diferentes partes do logradouro público localizado no Município de Xangri-Lá e altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 2.720, de 05 de Dezembro de 2024.

Art. 1º Altera o caput e o inciso I do art. 1º da Lei nº 2.720, de 05 de Dezembro de 2024 que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - A então denominada Rua Luiz Alberto Saft, localizada no bairro de Atlântida, fica oficialmente denominada:

I - Rua Luiz Alberto Saft no trecho que inicia na Rua Rio dos Índios até a Rua do Parque.

Art. 2º - Acrescenta o inciso II no art. 1º da Lei nº 2.720, de 05 de Dezembro de 2024 com a seguinte redação:

II - Rua Ipê no trecho que inicia na Rua do Parque e se estende até a Avenida Central.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xangri-Lá, dia 24 de fevereiro de 2025.

Camara Municipal de Vereadores de Xangri-Lá



CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ - RS

RUA RIO DOURADINHO, 1385 - CNPJ: 94.436.367/0001-04

XANGRI-LÁ - RS- CEP: 95.588-000

FONE: (51) 3689-1081



CÓDIGO DE ACESSO

2E586148EFDA4755BB00F9C43684E331

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://xangrilacv.flowdocs.com.br/public/assinaturas/2E586148EFDA4755BB00F9C43684E331>



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANGRI-LÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Projeto de Lei nº 31/2025

Autoria: Mesa Diretora

RELATÓRIO

Trata-se de proposição da Mesa Diretora que “Nomeia como Rua Luiz Alberto Saft e Rua Ipê as diferentes partes do logradouro público localizado no Município de Xangri-Lá e altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 2.720, de 05 de Dezembro de 2024”.

Este Relator entende pela constitucionalidade, eis que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.

Seguindo a análise, quanto à legalidade, constato que não há vício de origem, sobretudo por já haver na Lei Orgânica a previsão atribuindo ao Legislativo Municipal competência para legislar sobre logradouros.

Quanto à redação, observo que o projeto é claro e de fácil compreensão, apresenta a parte preliminar, a parte normativa e a parte final e estão em conformidade com as técnicas legislativas.

VOTO

Considerando os fundamentos legais e constitucionais expostos acima, este Relator é FAVORÁVEL à aprovação da proposição.

Xangri-Lá/RS, 17 de fevereiro de 2025.

(assinado digitalmente)

Ver. Cássio Voigt,
Relator

PARECER

Acordamos com o voto do Relator, emitindo PARECER FAVORÁVEL à proposição.

(assinado digitalmente)

Ver. Mariane Lavieja,
Presidente

(assinado digitalmente)

Ver. Geovane Nazário,
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ - RS

RUA RIO DOURADINHO, 1385 - CNPJ: 94.436.367/0001-04

XANGRI-LÁ - RS- CEP: 95.588-000

FONE: (51) 3689-1081



CÓDIGO DE ACESSO

E209E0D7F38C444983C67DB5F7B2422D

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://xangrilacv.flowdocs.com.br/public/assinaturas/E209E0D7F38C444983C67DB5F7B2422D>



De: Diretoria Legislativa

Enviado por: JULIO CESAR LAMEJA (juliocesar)

Para: Diretoria Legislativa (Organograma), Presidência (Organograma), DAIANE EMERIM DE SOUZA (Interno), Assessoria Jurídica da Câmara (Organograma), SÉRGIO TADEU DOS SANTOS (Interno), Adalcir Rodrigues da Silva (Interno), Geovane Nazário Laurentino (Interno), LUZIA BARBOSA NETTO (Interno), JULIO CESAR LAVIEJA (Interno), Mariane Lavieja (Interno), Cássio Voigt Ferreira (Interno), CRISTOVÃO WOLFF RIBEIRO (Interno), Comissão de Constituição e Justiça (Organograma), Alexandre Rivaél Cherutti Alves (Interno)

Data: 05 de março de 2025 às 16:19

A matéria foi enviada ao Executivo Municipal no dia 28/02/2025 no ofício 30-2025.

Cumpridas as disposições regimentais, arquivo este expediente.

Júlio Cesar Lavieja,

Diretor Legislativo em CMVX.

Portaria 32/2025

Fone-whats 51999 990 999 | E-mail: legislativoxangrila@gmail.com

